

DIÁLOGOS DIFÍCEIS... VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – ESTRUTURANTE DO MODELO DE EXPLORAÇÃO E ACUMULAÇÃO¹

Marielle Franco²

Obrigada pelo convite, mais uma vez. O quantas das vezes que nos encontramos eu fico feliz; que a gente consiga permanecer assim: na luta, na rua, mesmo nos seminários, na reflexão para além do nosso mês. Bárbara, professora querida, do lugar da luta dos Direitos Humanos. Eu também queria começar por aí: quando se traz o debate da justiça restaurativa – e hoje temos de se pensar [enquanto] feminista antipunitivista, ou feminista não acreditando no processo de encarceramento em massa que está colocado – é um grande desafio. Só um parêntese antes: me desculpem pelo atraso, mas na Câmara o horário de plenária é até 18h; ainda saí um pouco antes para garantir de estar aqui, refletindo, debatendo. Tem logo depois a mesa, também, sobre a parte de Economia que eu quero tentar acompanhar pelo menos um pouco, porque ainda tenho uma outra agenda. Porque o nosso desafio

¹ A presente fala trata-se da transcrição literal da apresentação de Marielle Franco no seminário *Diálogos difíceis, diálogos possíveis: questões contemporâneas dos feminismos*, promovido Instituto Equit entre os dias 28 e 30 de março de 2017. Por se tratar de uma fala no âmbito de um seminário, o texto passou por um processo mínimo de edição de forma a deixa-lo mais compreensível aos leitores. A revista agradece a família da expositora e ao instituto por autorizarem a reprodução da fala, e ao professor doutor Felipe Milanez Pereira (UFBA), pela indicação da mesma. Transcrição feita por Adriana Pismel, Enrico Paternostro Bueno da Silva e Jonatan Sacramento.

² Marielle Francisco da Silva, foi uma socióloga, feminista e vereadora da cidade do Rio de Janeiro, filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Foi assassinada a tiros junto com o motorista Anderson Pedro Mathias Gomes no dia 14 de março de 2018.

hoje, do meu ponto de vista, é a gente trazer a pauta – principalmente do que me compõe, enquanto origem da favela, enquanto mãe hoje de adolescente, mas eu fui mãe na adolescência, enquanto uma perspectiva que não pode se furtar do lugar da política pública, da propositura das políticas públicas ou da fiscalização dessas políticas públicas, do lugar de vereança hoje –, é um feminismo que, inclusive a Sandra Quintela falou muito e eu aprendi isso, um feminismo que seja pautado na vida cotidiana. Que a gente... como Bárbara falou aqui, que cada mulher seja uma história e que a gente consiga compreender os meandros disso, que pro campo dos Direitos Humanos muitas das vezes ele é colocado, infelizmente, como o dado frio, a dita estatística, e menos a especificidade de cada história. Então hoje eu tenho buscado – até porque a minha experiência da vida política, a experiência concreta, vindo da Maré, de um lugar do pré-vestibular, onde o acesso à educação ele tem um lugar importante pra mim, eu sou professora de Sociologia, do acesso à educação –, acrescido da relação com a pauta dos Direitos Humanos, do que é tão fundamental, e mais do que isso, entendendo o debate dos Direitos Humanos na relação com a centralidade, na verdade, com o debate sobre feminismo. E aí nas atualizações do século XXI, eu vejo aqui a juventude também, de um feminismo que, pra mim, está recolocado. Pra mim ele está atualizado quando eu penso nele enquanto feminismo negro, pelas especificidades de nós, mulheres negras, e dessa vida dessa mulher negra. Por que que eu estou tentando juntar isso? Porque passa não só pela minha vida, mas pelos elementos que a gente tem trabalhado no mandato, pelo que eu venho tentando me debruçar, de tempo de leitura. A gente está, em pleno século XXI, ameaçado quanto a vários direitos. E o tempo todo que a gente grita, as pessoas nos acusam de vitimizar, ou, para dizer a linguagem da juventude, de ser “mimimi”, desqualificando as nossas pautas. Então quando a Bárbara, na parte que eu peguei e estava tentando terminar aqui as anotações, fala desse lugar da mediação e da justiça restaurativa e de um novo paradigma da perspectiva do Estado – porque pelo o que eu entendi, você não está propondo o diálogo entre o agressor e a vítima; é de como o Estado, de como quem media, de como quem está ali, faz essa mediação. Porque nisso tem sentido, nisso a gente tem possibilidade de intervenção.

Como é que você media com alguém com arma, com uma faca... que diálogo é esse numa perspectiva desigual? E aí me lembra muito, quantas das vezes, em termos de Comissão de Direitos Humanos, nós fomos questionados por abrir algum canal de diálogo, inclusive com policiais vítimas, por exemplo. E aí eu sempre trago, eu gosto dessas histórias reais, a primeira mulher, ou melhor, o primeiro policial – porque na verdade eles chamam de “fem”, a corporação Polícia Militar chama as policiais femininas de fem, e a cada hora que fala, que eu lidava com isso, me dava náuseas porque só me lembrava de fêmea; por mais que tenha feminino, mas o lugar do trato como é tão agressivo, violento, tão masculinizado, por ora, pelo menos para mim, sempre rememorou a coisa do macho e da fêmea, nessa contraposição dual mesmo, porque eles se colocam como o macho alfa dominante em todas as situações. E o primeiro policial, a primeira policial a dar baixa, digamos assim, a morrer nesse projeto da Unidade de Polícia Pacificadora que começou em 2008, e a gente vê eles em algumas etapas, é uma policial feminina, mulher, negra. A Áurea. Que é colocada por essa política dita, entre aspas, de segurança, de um processo cada vez mais de insegurança, que cada vez mais vitima as mulheres, enfim, as e os favelados. Ela era uma mulher negra num contêiner. Porque foi, inclusive, a história em linhas gerais, inclusive indicado que a UPP sofreria um ataque porque coloca esses policiais num lugar, num território onde o debate da segurança não é colocado nem para eles mesmos. Mônica está aqui, do Borel, e quantas vezes que nós fomos receber denúncias de violações, inclusive, desses policiais. Mas voltando, o quanto que, no geral, e aí nós defensores, nós ativistas, eu digo operadores do Direito, porque eu sou da Sociologia, mas cada vez mais, seja por esse lugar onde a justiça restaurativa não é bem vista, cada vez mais um debate de uma justiça punitiva, de um Estado penal que é colocado, e a gente precisa se apropriar dessa fala, desse discurso, desse lugar, do *modus operandi*. Eu tenho falado com alguns alunos e com a juventude, e eu queria fazer essa pergunta aqui: em quanto tempo, se alguém desaparecer, a gente tem de fazer o registro? [Platéia responde diferentes respostas] Pois é, isso caiu. Nem 24 e nem 48. De imediato. É óbvio que tem todo um tempo, ainda mais frente à greve da Polícia Civil, que vai chegar lá e vão falar “volta amanhã porque seu

marido deve ter saído do trabalho e foi beber um pouquinho”. Então você vai dar queixa com 3 horas. Mas por que eu trago isso? A gente tem uns imaginários e tem algumas coisas que acabam nos incutindo, enquanto operador desse lugar do Direito, que acaba que nós somos formadores de opinião, as pessoas ligam, perguntam, que é importante de ser dito. Quais são as listas, por exemplo, de delegacias especializadas de atendimento à mulher para o caso dessa mulher sendo vítima? Com todas as críticas que a gente precisa fazer. Com toda ineficiência, com todo o atendimento com homens. Mas a mulher foi vítima de agressão, a gente não vai encaminhar para o processo de atendimento? Então alguns elementos eu acho que a gente vai precisar avançar, ou melhor, nos fortalecer para não retroceder, em tempo em que tem um senso comum de que “mas a delegacia não presta, mas todos os policiais tem que morrer”. Que é para polemizar mesmo, é pra pensar e aí eu estou tentando dialogar com Bárbara, para abrir daqui a pouco, dessa relação de que se fala o tempo todo: que eu sou defensora dos direitos humanos, que sou defensora dos bandidos. Vão falar o tempo todo que eu sou feminista e vão botar meus peitos de fora. Infelizmente. Mesmo num tempo em que a gente está num processo, principalmente nos últimos 5 anos, porque né, temos essas feministas históricas aqui e sabemos que nós estamos na rua, não tem nenhum tipo de novidade nos atos unitários de 2013 pra cá. Eu acho que isso, eu faço sempre questão de falar, principalmente nas atividades do PSOL, que tem uma juventude que se chegou e que vê o partido, e eu fico muito feliz com isso, como algo de viabilizar esse debate de gênero, das diversas identidades de gênero, com todas as questões que nós já tínhamos, e nós tivemos muitas dificuldades de fazer atos unitários. Mas eu acompanho ato unitário. e não de uma unidade que tem uma centralidade, que tem uma pauta única, mas de nós mulheres estarmos nas ruas pelo menos, desde 2007. Então a gente está há 10 anos cumprindo um papel de estar na rua no oito de março, no 25 de julho, no 25 de novembro. Mesmo que fosse só uma atividade carioca, mesmo que fosse uma caminhada pequena, mesmo que fosse uma intervenção, uma esquete, de estar pautando essa disputa da política, essa disputa desse imaginário e não de uma naturalização de como é isso: “o feminismo é o contrário do machismo”, “o [ativista de] direitos

humanos é defensor de bandido”. Então, nesse sentido é que eu fico pensando nesse tempo de retrocesso do processo democrático que não olha as mulheres como desigual nem no princípio constitucional. É surreal a gente ter chefes do legislativo, como tem o Rodrigo Maia, que vem falar “você mulheres não queriam tanto igualdade? Então toma aí igualdade”, não analisando e não se apropriando inclusive de dados que nós questionamos, mas que estão aí notificados. Pega, mais ou menos, seis milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos no total do IBGE: 92% são mulheres, 61% são mulheres negras. Logo nós mulheres negras estamos na base dessa pirâmide recebendo 70%. Então que igualdade é essa colocada agora no processo de retirada de direitos? Na hora de olhar, de vermos como processo igual, oportunidade de emprego, viabilidade financeira e econômica para essa mulher rompa com um ciclo de violência e tenha autonomia da sua vida, da sua família, não é visto. Agora, é surreal nos verem de maneira igual nesse período. É tratar como igual quem é o desigual, um princípio claramente constitucional para gente avançar para além da reivindicação das nossas pautas. Para fazer um paralelo, para além do ‘mimimi’, que óbvio não é ‘mimimi’, mas a gente tem buscado e aí refletido no dado e sobre o debate sobre narrativa, os nossos dois projetos legislativos (PL) iniciais: um fala sobre se é legal tem que ser real, que é o dos casos de aborto garantido em lei desde 1940. Toda hora que eu faço questão de falar sobre o PL, de falar do acesso dessas mulheres que já tem duplo, triplo sofrimento, a mulher que foi vítima de estupro para dizer o mais... Mesmo assim, eu ouvi de um padre esses dias “mas mesmo assim, Marielle, nós somos contra”. Eu ouvi direto de um padre “mesmo assim nós somos contra” e eu disse “pois é, mas a vida é da mulher, né? Essa mulher vai ser sobrecarregada. Essa mulher tem o direito de escolher sobre sua vida. Eu estou falando de política de Estado, padre”. Mas a gente vai ter que disputar esse imaginário e que muitas das vezes – isso é coisa de rede social enquanto século XXI – a gente vai precisar avançar para sair desse lugar comum, onde tem muitas mulheres questionando o PL, infelizmente. É só olhar agora a história da ADPF; nós estamos acompanhando o preceito que o PSOL entrou à nível federal, mais um processo que a gente sai lá na frente, que a gente é vanguarda mesmo.

A Luciana Boiteux foi a coprefeita e a Luciana Genro foi uma das meninas, uma das advogadas que assinam, e mais duas mulheres da ANIS São Paulo. O quanto que para avançar nesse debate, o quanto que a gente está disputando imaginário. E antes de nós, a sociedade civil – e é um convite mesmo às organizações da sociedade civil com relação às mulheres de entrar, de acordo com seu CNPJ e uma formulação, com um *amicus curiae*, como parte para intervir nesse processo. Porque o PSC – sabe o partido social, socialista, cristão, alguma coisa assim, que é do peixinho... A gente tá transmitindo ou está só gravando? Então, aquele do dito Marcio Pacheco, que fala que não tem caso de legalidade nos casos de aborto. [Está] no Código Penal desde quarenta. É surreal. Então em que medida a gente vai precisar, e aí eu tenho muito acordo com a Bárbara nessa perspectiva de diálogo, do quanto que a gente precisa buscar nessas relações, mas principalmente falando do meu lugar hoje, uma intervenção com mão forte, puxando mesmo, para a gente nos ajudar a resistir e sair de uma naturalização, ou de um senso comum que tá colocado, de quantos corpos de mulheres tem ficado no chão para falar: na favela, nas doenças psicossociais, nas penitenciárias, no aumento da população feminina carcerária de mais de 500%, nas mulheres vítimas de suicídio, nas mulheres sub-representadas nas casas legislativas, nas mulheres negras tidas como a mulher negra forte e boa de cama que pode ser a mulher que é mais vítima de mortalidade materna, porque tem uma naturalização “porque você é muito forte, você vai aguentar né, você vai ter o seu filho de parto natural né, imagina”, “mulher parideira”. Isso não é brincadeira ou senso comum, eu ouvi na porta da maternidade Maria Amélia, onde uma menina negra deu a luz na porta da maternidade. Não foi aqui na porta do [?], talvez tenhamos médicas e enfermeiras aqui. Foi na porta de uma maternidade que uma mulher negra ouviu isso, de uma naturalização, mais um processo de objetificação com relação aos nossos corpos. Então para mim está cada vez mais colocado que nessa luta para a gente se firmar o processo democrático passa por a gente bloquear e fazer frente a temas que talvez... imagina se a gente, eu na minha perspectiva, ia estar falando sobre leis trabalhistas em pleno 2017, em pleno século XXI. Então a gente tem sim ainda muito que disputar a ampliação do discurso, do conceito sobre

Direitos Humanos e que nesse discurso, nesse conceito, nós conseguimos pautar também o lugar de um feminismo que é de uma vida cotidiana e que se pauta na especificidade dessa mulher que não sabe e fica com o filho, se volta para o marido, que não tem autonomia financeira, que não tem oportunidade de trabalho e que não vê na luta, digamos, mais clássica – nessa perspectiva de buscar hoje o que está colocado nas instituições – a sua forma de organização. A gente fez um seminário de mulheres do PSOL no sábado e o tempo todo se falava do quanto a gente precisa estar mais nas favelas, no interior, na construção dessa vida cotidiana e essa é uma das pautas centrais onde a gente tem organizado o mandato, como o debate, ainda, sobre o direito a creche; o debate, ainda, sobre as feiras artesanais de empreendedoras que possam ser viabilizadas pelo Estado, pelo município. Enfim, questões que possam dar um processo autônomo para além do processo conceitual do que está colocado até aqui. Para mim passa pela luta de Direitos Humanos e de um feminismo que é de dia-a-dia. E a gente coloca o mandato, o PSOL, a gente na Comissão da Mulher, à disposição para travar essa disputa muitas vezes conceitual, mas para travar essa disputa da luta cotidiana na prática. É isso, obrigada.

(...)

Bom, a maioria das perguntas foi mais voltada para a Bárbara. E eu acho que é importante a gente buscar aprofundamento e compreensão melhor sobre esse tema. O que eu diria, sob a perspectiva de Direitos Humanos no que tange a alguém que pensa hoje numa redução do Estado penal, é na gente pensar novas formas. Por mais que isso incomode, por mais que isso seja contraditório com o que está colocado. Porque, considerando que as relações não são unilaterais, e que as relações domiciliares muitas vezes não passem por mediação e não passem por esse lugar comum, a gente precisa pensar qual é a política voltada para esses processos de novas amplitudes e de novas possibilidades de mediação. Aí não sei se passa pelo debate da justiça restaurativa, se passa por um lugar antipunitivista, mas no meu ponto de vista passa por a gente ampliar o debate de Direitos Humanos e incluir nesse tema central a pauta do feminismo. Para que a gente possa, a partir daí, entender a linguagem da juventude, a linguagem dos coletivos, a linguagem das feministas do “bonde da hashtag”,

que costumo falar, *versus* as feministas históricas... E sim, tem um ganho; quando eu olho para a galera do grêmio da minha filha, eu não tenho dúvida que elas têm uma outra postura, outra perspectiva, não naturalizam. Então é preciso também compreender esse lugar, essas historicidades que você mesmo trouxe. Porque senão parece que está descolado, parece que a gente tem uma atualização ou uma novidade como se nós não estivéssemos na rua, como se a gente não tivesse pensado num partido nosso só. A gente tem a partidA hoje, com suas princípíAs³. O quanto que a gente luta para estar num outro lugar de organização, o quanto a gente tem partido de esquerda reverberando o debate de gênero, como se fosse agora o “novo”. E esse lugar que fala sobre conceitos – e mais do que conceitos, que está disputando esse feminismo real –: economia do cuidado? Elas estão pensando no empreendedorismo. [Temos que] pensar nesse lugar do Capital, que aí acho que é fala para a próxima mesa; do quanto que esse debate econômico nos pauta e nos limita, quando a gente pensa a relação com a violência. E, Ana, a Frente pelo Desencarceramento, fui dando uma olhada aqui: tem gente da equipe acompanhando, tem a Maira Fernandes amanhã na mesa, tem a Júlia, tem uma galera nossa que quer pensar esses 500% da população carcerária que aumentou de mulheres. E essa contradição da fila do [penitenciária feminina] Nelson Hungria ser uma e a fila do [penitenciária Alfredo Tranjan] Bangu 2 ser outra. Quem são as mulheres? Quem é essa população carcerária? E aí, de novo: são mulheres negras, mulheres pobres, mulheres faveladas, mulheres da periferia. E esse é um tema que, para mim, passa por esse feminismo que é a disputa pela ampliação do conceito de Direitos Humanos. Obrigada, e coloco o mandato à disposição.

³ A “PartidA” se refere a um movimento dedicado ao impulsionamento de candidatas feministas a cargos públicos, travando diálogo com diversas organizações e partidos de esquerda. As grafias “PartidA” e “PrincípíAs” obedecem à forma como o próprio movimento se apresenta publicamente, através de suas redes sociais.